

GOVERNO REGIONAL JUSTIFICA SITUAÇÃO OCORRIDA NO HSEIT NUMA RESPOSTA A UM REQUERIMENTO DO PS

# Cirurgia cancelada devido a atraso no envio de material do continente

Segundo o executivo, o material em causa não existe a tempo inteiro no Hospital da Ilha Terceira, porque é utilizado em cerca de 10 a 15 cirurgias por ano.

O Governo Regional justificou o cancelamento de uma cirurgia no Hospital da Ilha Terceira, anunciando na véspera, com o facto de o material, que tem de vir do exterior, não ter chegado atempadamente, mas assegurou que a operação foi reagendada para a primeira quinzena de janeiro.

“Neste caso concreto, estavam agendados três doentes para realização de cirurgia no referido dia. Por condicionantes relacionados com a chegada do referido material só foi possível realizar duas das três cirurgias inicialmente programadas. O terceiro doente foi reagendado com a maior brevidade possível, sendo hoje previsível que a data de realização da sua cirurgia decorra na primeira quinzena de janeiro de 2023”, avançou o executivo açoriano, numa resposta a um requerimento do PS.

Em causa está um caso divulgado por DI na edição de 06 de dezembro de um utente a quem foi dito que teria a cirurgia cancelada “por falta de material”.

“Fui informado esta semana (dia 29 de novembro) que ia ser operado, um ano e meio depois de espera, sexta-feira, dia 2 de dezembro. Ontem, fiz no hospital da Terceira exames toda a manhã, assim como outros no dia anterior. Tenho tudo pronto para entrar hoje às 14h00 e de repente recebo uma chamada do hospital a informar que afinal já não sou operado amanhã por falta de material”, adiantou o doente, numa publicação nas redes sociais no dia 01 de dezembro.

Os deputados socialistas eleitos pela Terceira Tiago Lopes, Andreia Cardoso e Berto Messias questionaram o Governo Regional, em requerimento, sobre este caso, alegando



**HSEIT** Governo Regional garante que a cirurgia cancelada em dezembro foi remarcada para a primeira quinzena de janeiro

que foi “publicamente reportada” uma situação de “não realização de cirurgias no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) por falta de material cirúrgico”.

Questionado sobre “o motivo para a alegada falta de material cirúrgico que levou ao cancelamento de cirurgia no HSEIT”, o executivo confirmou que “uma cirurgia que estava agendada para ser realizada no dia 2 de dezembro de 2022 foi adiada”.

“O motivo desse adiamento relaciona-se com o facto de se tratar de uma cirurgia que carece de material (instrumental e implantes) vindo do exterior – continente português, por empréstimo – e de apoio técnico externo”, avançou.

“Este instrumental e implantes não existem ‘residentes’ no HSEIT por não se justificar, considerando o

baixo número de doentes que anualmente são propostos para este tipo de cirurgia (entre 10 e 15 doentes por ano)”, acrescentou.

Segundo o Governo Regional, “os profissionais de saúde que acompanham o paciente foram informados da situação inesperada na véspera da cirurgia programada (dia 1 de dezembro), tendo avisado de imediato o doente”.

Questionado sobre quantas cirurgias foram afetadas devido a esta ocorrência e sobre as especialidades cirúrgicas afetadas, o executivo disse que foi “uma cirurgia”, na especialidade de “ortopedia e traumatologia”.

O PS perguntou ainda quantos utentes, por ilha de residência, foram afetados e quantos desses utentes estavam deslocados, mas o executivo reiterou que foi afetado um uten-

te da ilha Terceira, não tendo sido afetado qualquer utente deslocado. Os deputados socialistas alertaram para a “degradação progressiva que se assiste na gestão do Serviço Regional de Saúde”, dando como exemplo o “significativo aumento do número de cirurgias canceladas nas unidades hospitalares da região”.

“Segundo os dados publicados pelo Governo, em 2021, foram canceladas 3 468 cirurgias que se encontravam em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC). Um número de cancelamentos nunca antes visto no Serviço Regional de Saúde”, apontaram.

“Em 2022, até outubro, já foram canceladas 3 160 cirurgias. Este crescimento de cancelamentos de atos cirúrgicos inscritos em LIC, nos últimos dois anos, continua, até ao momento, por explicar”, acrescentaram. ■